



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2014
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer sejam convocados os Ministros de Estado da Pesca e Aquicultura e de Estado do Trabalho e Emprego para dar explicações acerca da alteração das normas para emissão das carteiras de pescador artesanal durante período do processo eleitoral de 2014 no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, e do pagamento do benefício “seguro-defeso” no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 24, inciso IV, 117, inciso II e 219, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida esta Comissão, sejam convocados os Senhores Eduardo Benedito Lopes, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura; e Manoel Dias, Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, para prestarem informações acerca da alteração das normas para emissão das carteiras de pescador artesanal durante período do processo eleitoral de 2014 no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, e do pagamento do benefício “seguro-defeso” no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

J U S T I F I C A T I V A

O Seguro Defeso, instituído para garantir a manutenção alimentar das famílias ribeirinhas que aferem renda através da pesca artesanal e ficam impedidas de exercer sua atividade econômica durante o período de reprodução dos peixes, tem sido alvo de constantes denúncias de irregularidades. A última, tão grave quanto as anteriores,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

foi publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 23 de novembro de 2014, com o título: *Pesca é suspeita de uso eleitoral de carteirinhas*.

A denúncia aponta que o número de carteirinhas de pescador emitidas pelo Ministério da Pesca através das Superintendências nos Estados do Acre e Maranhão durante o período eleitoral, supera o dos demais meses. Mas não se resume a isso.

Em junho, faltando um mês para o início da campanha eleitoral, o Ministério da Pesca alterou norma interna e permitiu que as carteiras de pescador, antes confeccionadas pela Casa da Moeda do Brasil, fossem emitidas pelas Superintendências de todo o País, em papel comum e sem nenhum requisito de segurança na impressão. A carteira – “o registro de pescador artesanal” – permite o acesso ao benefício salarial pago por cinco meses no período que compreende à piracema, conferindo direito também a linhas de crédito bancário e aposentadoria especial.

A Polícia Federal e o Ministério Público no Acre já inquiriram eleitores que afirmaram o recebimento cinco dias antes das eleições, a carteira de pescador em troca de apoio político, em sua maioria, assentados da reforma agrária. O inquérito está sob sigilo.

Ao todo são 14 inquéritos instaurados pela PF em vários Estados com o objetivo de apurar as irregularidades no pagamento do seguro-defeso, no cadastro de pescador e na distribuição das carteiras.

Com a relevância dos fatos que apontam claramente má gestão e indício de crimes, inclusive eleitorais, fez-se necessário convocar os Ministros responsáveis pela política de pesca artesanal e pelo pagamento do seguro-defeso, para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias, os projetos vinculados ao tema e as providências futuras para coibir as fraudes. Portanto, peço aos nobres pares o apoio na apreciação deste Requerimento.

Sala de Reuniões, 1º de dezembro de 2014.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA